

Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas

Reformulating Englishness: Cultural Adaptation and Provinciality in the Construction of Corporate Identity in Colonial British America

Jack P. Greene

Johns Hopkins University
(Baltimore, EUA)

Resumo

A partir do exemplo da experiência das colônias britânicas na América, o presente texto explora o processo, ocorrido no início da era moderna, de transformação de partes do território indígena americano em uma América europeia. Enfatiza a atuação dos povoadores e a centralidade da lei e instituições nesse processo. Refazendo os caminhos que levaram a "identidade inglesa" a ser reformulada nas Américas, permitindo aos povoadores criar várias e distintas províncias que, a despeito de suas diferenças em relação à metrópole, eram claramente inglesas, o autor discute que tal fenômeno pode ser melhor estudado a partir da análise da emergência de identidades corporativas. O texto se baseia na extensa experiência do autor na construção da identidade na Virgínia, Barbados, Jamaica e Carolina do Sul, as colônias britânicas mais valiosas.

Abstract

Using the experience of the British colonies in the Americas as an example, this essay explores the process by which portions of indigenous America were transformed into European Americas during the early modern era. It emphasizes the agency of settlers and the centrality of law and institutions in this process. Tracing the ways in which "Englishness" was reformulated in the Americas, whereby settlers created many distinct provinces that were, despite their differences from the parent state, manifestly English, the essay argues that this phenomenon can best be studied through the analysis of emerging corporate identity. It draws upon the author's extensive work on the construction of identity in Virginia, Barbados, Jamaica, and South Carolina, Britain's economically most valuable colonies.

Palavras-chave

revolução, Império britânico, Independência, Estados Unidos, identidade nacional, identidade regional

Keywords

revolution, British Empire, Independence, United States, national identity, regional identity

Poucos empreendimentos tiveram tanto impacto na organização social do globo do que o movimento de pessoas para fora da Europa, que começou no início da era moderna. Primeiro foram para o oeste e o sul, até as Américas e depois para o sul e o leste, até a África e a Ásia. Inauguraram um movimento de populações e culturas, que durante o século XIX se estendeu pela Sibéria, Austrália, Oceania e África. Deslocando-se como exploradores, negociantes, navegadores, soldados, garimpeiros, missionários e povoadores, esses europeus nunca representaram mais do que uma pequena fração da população de qualquer área cultural européia, até mesmo aqueles provenientes de regiões como a península ibérica e as ilhas britânicas que mais significativamente contribuíram para o fluxo populacional inicial. Ainda assim, seu número foi suficiente para torná-los agentes de uma transformação fundamental na história humana. Nas Américas, as doenças disseminadas pelos europeus alteraram a paisagem humana, dizimando as populações indígenas, e sua voracidade por metais preciosos, terra e outros recursos reduziram os impérios nativos à condição subalterna de adjuntos, sujeitando as populações imperiais ao trabalho em grandes lavouras, áreas de criação e minas, enquanto forçavam outros grupos populacionais cada vez mais em direção ao interior. A demanda voraz dos europeus por mão de obra foi a força motriz do desenvolvimento de um tráfico transoceânico devastador, que trouxe milhões de africanos escravizados ao Novo Mundo e afetou profundamente as relações sociais e políticas dentro da África. Novos negócios e fluxos de produtos estimularam intensamente as economias da Europa ocidental, provocando o desenvolvimento econômico doméstico e a expansão do comércio, processo que, até a segunda metade do século XIX, trouxe para a Europa um grau de dominação econômica e política sobre o mundo nunca antes desfrutada por qualquer segmento da população mundial.

A atual voga pelos estudos atlânticos centrou a atenção dos historiadores sobre os modos como esses desdobramentos reformularam o mundo *Atlântico*. Como eu e meus colegas da universidade Johns Hopkins rapidamente descobrimos, ao inaugurarmos o primeiro programa institucional de doutoramento em "História e Cultura Atlântica", no final dos anos sessenta, nem os fluxos de pessoas, mercadorias e culturas, ou mesmo os processos sociais que caracterizaram a expansão européia ficaram confinados ao Atlântico. Desde o começo tais empreendimentos tiveram alcance global — até os oceanos Índico e Pacífico e pela costa das regiões circundantes —, sendo que essa abrangência se tornou mais intensa e intrusiva ao longo dos séculos. Mesmo assim, a bacia atlântica se mantém uma arena útil e possível para o estudo do processo de expansão durante os seus primeiros três séculos.

Minha especialidade se limita a apenas uma parte da bacia atlântica, conhecida entre acadêmicos norte-americanos como "*os primórdios da América colonial*". Por dois motivos nunca achei esse termo satisfatório. Primeiramente, sua conotação é irrefletidamente imperialista, mais um exemplo da expropriação acrítica do termo *América* para se referir apenas a uma porção do hemisfério. Nem o mais recente modismo de pensar os "*primórdios da América*" de forma mais inclusiva o torna menos imperialista, pois esse seu emprego ainda se refere predominantemente às áreas que foram posteriormente incorporadas à nação norte-americana. Em segundo lugar, o termo é por demais vago e genérico para fomentar seu uso crítico

de maneira eficaz. Nunca existiu apenas uma, mas muitas *Américas coloniais nos seus primórdios*, antes e depois do início da era moderna.

Justamente, para abordar esse problema de forma mais explícita, Jack Pole e eu, no início dos anos oitenta, usamos o termo *América britânica colonial* como título de um volume de ensaios, que organizamos e editamos, sobre o estado de arte dos estudos na época.¹ Tínhamos a intenção de que esse termo tornasse claro tanto que os textos do volume tratavam de uma ampla área cultural que era nominalmente britânica, isto é, associada ou em aliança com a Grã Bretanha, e, como esmiucei em diversos ensaios posteriores, que a América colonial *britânica* era uma dentre muitas Américas do início da era moderna, incluindo a hispânica, portuguesa, francesa, holandesa, sueca, dinamarquesa, russa e, é claro, inúmeras Américas indígenas. Salvo a redução paroquial do tema dos "*primórdios da América colonial*" a apenas a pré-história dos Estados Unidos, tendência contra a qual tenho lutado durante a maior parte de minha vida profissional, qualquer história mais abrangente dos "*primórdios da América*" requereria, obviamente, a abordagem da história de todas essas diversas áreas culturais.

Sabemos, é claro, há muitas gerações que nenhuma dessas entidades era composta exclusivamente pelo povo da nação à qual estava associada. Estávamos cientes, por exemplo, de que a América hispânica continha muitos emigrantes portugueses e flamengos, assim como vastas repúblicas indígenas, em sua maioria com governo próprio; de que o império britânico incluía milhares de emigrantes alemães, franceses, irlandeses e judeus; e de que os povoados holandeses-americanos eram também políglotas. Ainda há mais tempo, temos conhecimento (mesmo que a maior parte dos historiadores escolha ignorar o fato) de que os africanos constituíam grande parte das populações emigrantes e estabelecidas pelas Américas. A heterogeneidade dessas populações e as misturas que delas invariavelmente resultaram, deveriam há muito ter posto em questão a adequação de qualquer esquema de nomenclatura que implicasse uma homogeneidade demográfica nacional. Ao longo da última geração, no que se refere à América britânica, excelentes estudos sobre as populações não inglesas, fossem estas europeias, africanas, ameríndias ou de ascendência mista, enfatizaram o quanto tais grupos conseguiram se manter apegados a importantes elementos de seu legado cultural, salientando, desse modo, a questão de quem compunha então "*os primórdios da América*".

O problema com que se defrontam atualmente os historiadores da América do início da era moderna é se o emprego de tais identificações nacionais ou étnicas permanece útil, e minha intenção é argumentar em prol de que não só ainda são úteis, como absolutamente essenciais para qualquer esforço para se compreender a transformação nas Américas durante o início da era moderna. Em particular, referindo-me às colônias britânicas, proponho a defesa da continuidade do uso da frase que Jack Pole e eu adotamos em nosso volume, no início dos anos oitenta: *América britânica colonial*.

Quero deixar claro, desde o princípio, que esse posicionamento não visa a eximir o anglocentrismo que freqüentemente caracterizou versões do passado colonial da América e muito menos a repeti-lo ou ampliá-lo. Pelo contrário, enquanto um velho inimigo dos mais variados "centrismos", sejam de tipo nacional, local, religioso, étnico, de classe ou gênero, acredito que a conquista mais importante de minha geração de estudiosos dos colonialismos foi romper com tais rótulos e reforçar a necessidade do que os historiadores dos *Annales* chamaram de *histoire totale*. Assim sendo,

parto do pressuposto de que precisamos encontrar um lugar para todos os povos envolvidos na transformação das Américas. O conceito de *América britânica colonial*, como eu a defino, não subentende a irrelevância dos participantes não britânicos. A contínua presença dos povos indígenas, o crescente número de povos de ascendência africana, o aumento no número de imigrantes europeus não britânicos, a incorporação de novas populações de ascendência europeia, africana e ameríndia das outras Américas como resultado de guerra e conquista, assim como a formação de novas entidades sociais em áreas de fronteira ou limítrofes: todas representam uma importante parte dessa história.

Minha intenção ao empregar o conceito de *América britânica colonial*, pelo menos de início, é chamar atenção e enfatizar as enormes disparidades de poder inerentes aos primórdios do contexto colonial moderno. Mesmo durante o longo período em que historiadores aceitavam sem crítica construções históricas - elas mesmas provenientes do período colonial - que reforçavam as conquistas dos grupos de povoadores, minimizando seus efeitos sobre outros segmentos da população e ignorando amplamente os importantes papéis por eles desempenhados, os historiadores sempre estiveram conscientes, mesmo que implicitamente, das disparidades de poder na transformação das Américas. De fato, estudos históricos operavam segundo um paradigma de poder que postulava que a entidade mais poderosa era a mais merecedora de investigação histórica. A esse respeito, historiadores diferiam profundamente dos estudiosos da literatura, que apenas na última geração parecem ter se interessado pelo papel do poder na formação e funcionamento das culturas. Apesar de sua entrada tardia no jogo, os estudiosos de literatura, por intermédio do que veio a ser chamado de *estudos pós-coloniais*, têm sido os mais responsáveis, do meu ponto de vista, por reforçar e trazer para o primeiro plano da investigação histórica, as profundas discrepâncias de poder inerentes aos contextos coloniais. Talvez, como já ouvi com freqüência, não contaram aos historiadores muito de novo, e isso é certamente verdade no que concerne aos historiadores do pós-segunda guerra mundial e outros analistas sociais cujos trabalhos focam nas conseqüências da descolonização da África e Ásia, assim como nos efeitos prolongados da experiência colonial sobre os anteriormente colonizados. Ao longo da última geração, no entanto, os esforços dos estudiosos de literatura têm sido fundamentais ao dotarem de novos significados o antigo conhecimento histórico, ao desenvolverem uma abordagem mais ampla e explícita sobre a natureza e os efeitos sociais do colonialismo, e ao solaparem ou desafiarem os pressupostos que há muito inibiam tantos historiadores a desenvolverem uma análise semelhante.

A teoria pós-colonial, por mais útil que seja, não pode ser aplicada de maneira acrítica ao estudo das Américas coloniais no início da era moderna. Seus partidários desenvolveram tal teoria a partir de, e aplicado ao, estudo do colonialismo dos séculos XIX e XX. Nesse contexto, os colonizadores nunca constituíram mais do que uma pequena fração das populações de "colônias de exploração" densamente ocupadas, aplicando-a com pouca freqüência às colônias compostas e dominadas por um grande número de povoadores. A fim de citar alguns exemplos, em colônias de povoamento a população dominante de povoadores pode ter desempenhado o papel de *colonizadores* em suas relações com as populações indígenas vizinhas, mas na relação mantida com as sociedades metropolitanas, às quais estavam vinculadas, eles também desempenhavam o papel de *colonizados*. De modo

semelhante, os grupos indígenas que permaneceram fora das colônias de povoamento e resistentes às influências culturais dos povoadores certamente não faziam parte dos *colonizados*, pelo menos não antes do seu deslocamento e subjugação. O mesmo se aplica às repúblicas indígenas de governo autônomo da América hispânica, que existiam paralelamente às repúblicas de espanhóis sem ficarem sob controle político imediato dos povoadores espanhóis. Aí existe ainda a questão das massas de povos não-indígenas escravizados, trazidos à força para as áreas de controle dos povoadores. Eles eram certamente vítimas do colonialismo, mas seriam também parte dos *colonizados*? E, nesse caso, em que sentido?

A despeito desses problemas de terminologia, o ponto fundamental que podemos extrair do trabalho dos pós-colonialistas continua válido: ou seja, que nas colônias de povoamento, os povoadores – os colonizadores – rapidamente passaram a exercer uma predominância avassaladora do poder. Isso não quer dizer que tal poder não fosse contestado ou sofresse resistências. Um dos mais proeminentes desdobramentos da historiografia dessa geração, assim como da anterior, foi o reconhecimento de que em quase todo círculo de relacionamentos sociais e políticos, até mesmo entre senhores e escravos, aqueles tradicionalmente tidos como desprovidos de poder tiveram pelo menos algum espaço de manobra, de modo que os mais poderosos achavam aconselhável negociar a sua autoridade com eles. A despeito da maior ou menor possibilidade de negociação, é inegável a existência de tal espaço de negociação, o que traz importantes questões à tona, ou seja, como os povoadores adquiriram-no, como o expressavam e visando a que fins. Por meio de que processo transformaram uma América indígena em uma América colonial *britânica*? São essas as questões a que me proponho tratar nesse ensaio.

Até certo ponto, o poder dos povoadores derivava de seu maior número. Na medida em que a população de povoadores aumentava, espalhando-se pelo interior de qualquer colônia e reorganizando as paisagens existentes, passava rapidamente a desempenhar um papel predominante dentro desses territórios. No entanto, o simples domínio numérico era desnecessário para que os ingleses/britânicos estabelecessem a sua supremacia. Em diversas colônias das Antilhas Ocidentais e nas planícies da Carolina do Sul, povoadores livres constituíram a maioria da população emigrante por algumas poucas décadas. Contudo, ainda foram capazes de estabelecer e manter sua supremacia sobre as sociedades políticas lá estabelecidas. Portanto, não foi apenas o número de pessoas, mas seus objetivos e sucesso em conquistá-los os grandes responsáveis pelo extraordinário poder que conseguiram exercer em suas novas sociedades. Ingleses em sua maior parte, senão em sua quase totalidade, os povoadores das primeiras colônias – em Chesapeake, na Nova Inglaterra, na ilha atlântica de Bermuda, nas ilhas de Barbados nas Antilhas ocidentais e nas ilhas Leeward – vieram com a intenção de estabelecer sociedades provinciais segundo padrões ingleses. Em colônias posteriores, a proporção de emigrantes ingleses era menor, mas ainda suficiente para habilitá-los a perseguir o mesmo objetivo. As colônias conquistadas entram em uma categoria especial. Naquelas em que a maior parte dos povoadores já existentes foram embora com a chegada dos ingleses, incluindo a Jamaica em 1655 e, em 1763, as Flóridas do Leste e do Oeste, os imigrantes ingleses tinham certa autonomia para fazer o que quisessem. Porém, naquelas em que a maior parte dos povoadores estabelecidos permaneceu – e esse foi o

caso de Nova York, Nova Jersey e Delaware —, os ingleses recém-chegados ainda assim estavam determinados a dotar os seus novos lares de uma identidade inglesa, mas levaram várias décadas e concessões significativas para que alcançassem seu objetivo. Colônias conquistadas que tiveram uma imigração inicial escassa, como a Nova Escócia, representavam um caso especial que comprovava a regra. Na ausência de povoadores ingleses perseguindo o objetivo de criar sociedades inglesas, a Nova Escócia permaneceu essencialmente uma colônia francesa, até o povoamento inglês lá se iniciar com força após 1748. Com uma população majoritária de franceses e apenas um pequeno número de imigrantes britânicos, Quebec permaneceu um povoado essencialmente francês, com leis francesas e um governo civil e religioso francês. Para onde quer que povoadores ingleses fossem para dominar a vida pública de uma colônia, operando sob amplas restrições impostas por um governo metropolitano fraco, distante, e muitas vezes negligente, com pouca capacidade de coerção, lá se tornavam agentes centrais na transformação da América indígena em britânica.

Isso significa que a maior parte do poder, no que tange à construção de novas esferas administrativa pertencentes aos impérios do início da época moderna, estava nas mãos dos próprios povoadores. Eles estabeleceram e reconstruíram os novos espaços, criando a estrutura econômica e doméstica que lhes possibilitava habitar esses locais, e seus agentes — na forma de representantes e magistrados— modelaram em grande parte os sistemas de leis e governo que os permitiam controlar as interações sociais e econômicas, assim como governar a aquisição e circulação de propriedades, fossem terras, escravos ou bens materiais. Nesse processo eles não eram, evidentemente, agentes completamente livres. O legado metropolitano lhes impunha restrições legais e culturais. Nas colônias inglesas isso significava a reprodução de variantes das culturas baseadas na lei comum que haviam deixado para trás. Culturas que, diferindo de uma entidade política para outra, de acordo com o costume local, permitiam-lhes adaptar com enorme flexibilidade a lei às condições locais, ainda que lhes imprimissem um caráter resolutamente, senão militantemente, inglês.

Se tivessem quaisquer escrúpulos frente ao que faziam às populações indígenas, e aos africanos, os povoadores justificavam o seu comportamento segundo a história que construíram para explicar o sentido mais amplo de suas vidas. De acordo com essa história, que permanecia a mesma através das áreas inglesas e em muitas outras partes dos mundos colonizados das Américas, eles estavam engajados em um empreendimento nobre: a transformação de territórios até então explorados de maneira imprópria em estados civilizados. Estavam construindo postos avançados da civilidade européia e assim dando início à tarefa de levar a civilização para um vasto novo mundo. Essa história tanto lhes fornecia a base, quanto os enobrecia ao fornecer o fundamento racional para toda a expansão durante o período colonial, enquanto povoadores apressavam-se para estabelecer novas unidades políticas, a fim de levar a lei e a administração para onde quer que fossem. A expansão do povoamento representava uma estardalada disseminação da cultura, enquanto fronteiras rapidamente se tornavam retaguardas de povoamento e essas por sua vez se transformavam em regiões de vanguarda do povoamento.

Uma abordagem particularmente interessante para a pesquisa dessa ampla transformação cultural consiste no estudo da formação da identidade: o que faziam os colonos ingleses/ britânicos visando tornar as suas

novas sociedades políticas inglesas ou britânicas — e porque esse processo era importante? Por mais difícil que seja compreender isso atualmente, o estudo da identidade, ou caráter, não era muito privilegiado entre os historiadores até há pouco mais de um quarto de século. Após a Segunda Guerra Mundial, pesquisadores de estudos americanos demonstraram forte interesse no estudo do caráter americano, e o psicólogo Erik Erikson escreveu um ensaio intrigante e influente sobre a identidade americana na década de cinquenta. Mas poucos historiadores deram prosseguimento a esses estudos, considerando tais questões como "perfumaria", subordinadas aos temas políticos, econômicos, intelectuais e sociais que então ocupavam o centro do empreendimento historiográfico. O meu próprio interesse sobre tais questões data de mais de meio século, ao início da década de cinquenta, quando era um jovem pesquisador em Londres e me vi fascinado por uma das características centrais das corografias, crônicas e relatos de viagem escritos durante o início da colonização, que então lia pela primeira vez: elas incluíam, invariavelmente, seções às vezes bastante extensas sobre o caráter do local e do povo que os autores descreviam. Porém, por vinte anos não prossegui de maneira séria ou sistemática com esse estudo, até receber um convite para ministrar uma série de três conferências sobre a história sulista na universidade de Mercer. Na época, estava imerso no estudo das diferentes características do desenvolvimento das colônias britânicas de grande lavoura, decidindo então que o tema de minhas conferências seria a transformação na identidade corporativa de três colônias de grande lavoura: Virgínia, Jamaica e Carolina do Sul, durante os séculos XVII e XVIII. O título provisório de meu trabalho, *Paradise Defined*, era intencionalmente irônico. Essas conferências foram apenas um esboço. Porém, enquanto as organizava e, posteriormente, tentava transformá-las em livro — até o momento sem sucesso —, tive que confrontar diversas questões sobre o estudo da identidade corporativa e fiz várias descobertas significativas, algumas das quais gostaria de compartilhar com vocês.

Compreendemos identidade no sentido de como indivíduos, ou coletividades, identificam-se a si mesmos e aos outros, e como os outros os identificam, podendo ser estudadas em diversos níveis e através de várias estratégias diferentes. Pode ser estudado no nível individual e em qualquer outro dos níveis segundo os quais as pessoas se organizam em entidades coletivas ou corporativas. Não apenas todo indivíduo, mas toda família, grupo de parentesco, congregação, clube, comunidade, governo civil, grupo lingüístico, grupo religioso, província e nação têm uma identidade à qual um número razoável de membros se conforma, durante tempo suficiente para lhe conferir credibilidade — e utilidade. O tipo específico de identidade que me interessava era a identidade corporativa das colônias, na América britânica colonial, durante os séculos XVII e XVIII, em particular nas três colônias sobre as quais tratei na minha conferência inicial. E em Barbados que incluí posteriormente ao projeto.

A minha primeira descoberta foi que cada uma das colônias em questão possuía uma identidade particular e que esta mudava ao longo do tempo. Todos os quatro lugares compartilhavam diversos atributos comuns: um legado britânico social, cultural, político e legal, assim como uma herança religiosa protestante; eram incorporados ao mesmo governo civil ampliado; localizados em áreas tropicais ou semitropicais; desenvolviam sistemas de agricultura de grande lavoura com mão-de-obra formada por servos brancos, escravos negros e trabalhadores indígenas; suas populações

se constituíam em grande parte, senão majoritariamente, de pessoas escravizadas; cada uma dessas colônias desenvolveu um valioso comércio de exportação para as ilhas britânicas e outras partes; suas populações dominantes compartilhavam objetivos econômicos, sociais, e políticos comuns; e constituíam-se em empreendimentos econômicos de muito sucesso. De fato, os metropolitanos consideravam-nas as quatro colônias mais valiosas da Grã Bretanha. No entanto, construíram identidades manifestamente diferentes entre si. Produzidas por gerações de pessoas vivendo e atuando juntas dentro do mesmo governo civil, o caráter particular dessas identidades era tão pronunciado, a ponto de tornar extremamente problemático qualquer esforço para se referir a uma identidade continental das colônias britânicas norte-americanas, ou mesmo a uma identidade geral das Antilhas ocidentais.

Não obstante as diferenças no desenrolar, o processo de formação identitário nessas novas sociedades – e essa foi minha segunda descoberta importante – foi impressionantemente semelhante, envolvendo três estágios superpostos. Inicialmente, enquanto ponderava com que estratégia deveria prosseguir na investigação do meu projeto, percebi que poderia abordar o estudo da identidade de duas maneiras: através das leis que essas sociedades estabeleciam para si mesmas ou através da literatura discursiva contemporânea escrita por e a seu respeito. Por muitos motivos, decidi que a primeira abordagem seria melhor. Provavelmente, nada revela tão bem as mudanças na identidade de uma sociedade política, quanto suas leis e as ações judiciais tomadas para seu cumprimento. A Lei é o resultado de uma ação coletiva de legisladores, que, nas sociedades aqui sob consideração, representavam a parcela independente da população, e as leis tanto revelam os valores desse setor independente da população, como também os comportamentos de outros segmentos da população que, até certo ponto, suscitaram essas mesmas leis.² Contudo, talvez por ter sido eu o primeiro a identificar esse tema e definido os parâmetros do projeto por meio de muita leitura sobre literatura discursiva, essa não foi a abordagem que escolhi. Essa decisão mostrou-se útil, uma vez que as mudanças na natureza da literatura discursiva me possibilitaram identificar três fases na criação das identidades corporativas coloniais.

Na primeira fase, a literatura se concentrava muito na descrição dos espaços físicos que dada colônia viria a ocupar e na formulação de propostas para um uso eficiente desse espaço. Relatórios de viagem, às vezes mascarados como obras históricas, e folhetos de propaganda tentavam descrever e avaliar para os leitores metropolitanos a natureza da terra, a vegetação, as populações indígenas, os rios e riachos, as enseadas, a fauna, as chuvas e o clima. Especulavam sobre que produtos, então em demanda do lado oriental do Atlântico, poderiam ser lá cultivados e imaginavam como aquele espaço específico poderia ser adaptado aos desígnios ingleses. Embora freqüentemente discutissem os perigos que tornavam a vida difícil ou inóspita para a população inglesa, tendiam em sua maior parte a enfatizar a promessa de uma colonização atraente para futuros investidores e imigrantes. Quanto mais uma colônia demorasse para se desenvolver, mais tempo durava essa primeira fase. Relativamente curta em Barbados, durou bem mais tempo na Virgínia, Jamaica e Carolina do Sul estendeu-se por muito mais tempo.

Na segunda fase de formação de identidade, o foco da literatura que lhe era contemporânea, que freqüentemente tomava a forma de corografias

2

Tratei desse assunto mais extensamente em Jack P. Greene, "By Their Laws Shall Ye Know Them": Law and Identity in Colonial British America", *Journal of Interdisciplinary History*, 33 (Autumn 2002), 247-60.

ou narrativas históricas, deslocou-se do que poderia ser feito em um espaço físico particular para o que os povoadores tinham feito ou não para torná-los locais produtivos e caracteristicamente ingleses. Em outras palavras, a ênfase principal dessa literatura deixou de ser os atributos físicos de uma colônia, apesar de nunca serem ignorados, voltando-se para as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas promovidas pelos povoadores. Seus autores, *crioulos* e imigrantes assimilados, orgulhavam-se e examinavam com detalhe em que medida os povoadores tinham sido capazes de adaptar práticas sociais e culturais inglesas — inclusive padrões de ocupação de terra, planejamento de áreas urbanas, aldeias ou áreas rurais, o uso da terra, modos de produção e circulação econômica, estruturas familiares e domésticas, moradias, produção caseira e criação de animais, dieta, vestuário, organização política e religiosa e, talvez o mais importante de tudo, estruturas legais — às condições físicas que encontraram nos seus novos locais de moradia. Com poucas exceções, celebravam tais adaptações como evidência dos importantes *melhoramentos* que eles e seus ancestrais haviam trazido para as paisagens sociais, tomadas dos habitantes indígenas. Durante esse processo, tomaram os primeiros passos para criar uma base racional de povoamento determinante na expansão de seus descendentes, e futuras gerações de imigrantes, pelo continente ou em direção a outras ilhas, vendo a si mesmos engajados em um processo civilizador de amplo espectro que transformava, consoante diretrizes européias, terras anteriormente desorganizadas e improdutivas em entidades organizadas e produtivas. Essa literatura era frequentemente exortatória, exortando os povoadores a concretizarem da melhor maneira possível o potencial físico de uma dada colônia e eliminarem quaisquer traços que pudessem por em dúvida a intensidade e a alcance de sua identidade inglesa.

Seu foco voltado para a representação da colônia como um lugar já melhorado, em processo de melhoramento e passível de ser ainda mais melhorado, com uma definição de melhora firmemente fundamentada em modelos ingleses, passou para o próximo estágio de formação da identidade. Nesse terceiro estágio, no entanto, a ênfase se deslocou para uma articulação da específica identidade emergente da colônia e suas populações (principalmente, é claro, as livres). A reivindicação dos autores das corografias, crônicas e outras obras descritivas, produzidas pelos povoadores e seus auxiliares nessa terceira fase, era que cada um desses lugares ostensivamente britânicos, havia alcançado uma identidade própria, uma identidade distinta que surgia e interagia com seu espaço físico específico e com o caráter da sociedade que ali havia se desenvolvido por meio de atividades coletivas, ao longo de gerações de pessoas que lá residiram e haviam construído juntas uma história. Essa identidade própria, sugeriam eles, tanto identificava o lugar como o distinguia de todas as outras entidades similares. A sugestão implícita nos comentários e trabalhos que documentam essa terceira fase da formação de identidade era a de que ainda que as primeiras gerações de povoadores houvessem buscado inicialmente recriar pequenas Inglaterras nas Américas, terminaram *por reformular o caráter inglês* a fim de ajustá-lo às condições específicas que eles encontraram ou criaram em cada província. Esse processo de reformulação, sugerido por estes escritores, evidente em quase todos os aspectos de suas vidas e sociedades, havia acabado por criar províncias diferentes e com identidades próprias. Além do mais, a reivindicação desses escritores não se resumia apenas ao fato de que uma dada colônia havia se tornado uma entidade

corporativa distinta, diferente de qualquer outra entidade no mundo britânico, mas também que seus residentes haviam se tornado uma população distinta, diferente das populações britânicas que viviam em outros lugares. Se todos, ou quase todos, haviam sido ingleses, eram então variantes de ingleses, gente da Virgínia, de Barbados, da Jamaica ou da Carolina do Sul.

Chamar a atenção para as diferenças provinciais não implica rejeitar os padrões ou modelos ingleses/ britânicos. Os moradores das quatro colônias possuíam algumas características em comum. Trabalhando com as realizações de seus antepassados, todos partilhavam a experiência de fundar e desenvolver novas entidades britânicas no Novo Mundo. Enquanto mantinham uma ligação com a Inglaterra, tinham em comum a experiência da interação com povos não-ingleses: indígenas na Virgínia e na Carolina do Sul e populações africanas em todas as quatro colônias. Acima de tudo, partilhavam a identidade de ingleses de além-mar que reverenciavam todas as características que pensavam fazer parte de tal identidade, incluindo uma forte ligação com formas inglesas de governo consensual, o sistema legal inglês com ênfase no papel da lei e a santidade da propriedade privada, o protestantismo e o comércio que há muito lhes mantinha em contato próximo com a sociedade da metrópole. De fato, todos percebiam suas identidades provinciais como variações dessa macro identidade inglesa ou britânica.

A minha terceira importante descoberta foi de que dois tipos distintos de modelos culturais, tanto analítica quanto funcionalmente, atuavam no modo como os povoadores livres nas colônias compreendiam a si mesmos. Pensando a partir da teoria do grupo referencial, podemos chamar esses tipos de modelos de *normativo* e *comparativo*. Para os colonos ingleses, a Grã Bretanha, com sua cultura complexa e rica, fornecia um modelo normativo a partir do qual os fundadores das colônias poderiam selecionar elementos que lhes permitissem formar rebentos do Velho Mundo no Novo, e futuras gerações de povoadores poderiam tomar como modelo para seus próprios projetos de aprimoramento da sociedade. Modelos normativos fornecem padrões a partir dos quais as conquistas culturais podem ser mensuradas e os desenvolvimentos sociais avaliados. Contudo, no processo de formação de identidade na América britânica colonial a mimesis de modelos metropolitanos foi sempre seletiva. Povoadores escolhiam e assumiam características e práticas de um vasto arsenal oferecido pela sociedade metropolitana inglesa. Os modelos comparativos, positivos ou negativos, poderiam ser usados, em contraposição, para se referir àquelas populações, principalmente indígenas e africanas, cujos costumes eram percebidos como exóticos e comportamento tido como grosseiro e pouco civilizado. Tais populações encarnavam para esses povoadores exemplos do que esperavam nunca vir a ser. Até certo ponto, residentes não-ingleses podiam se portar de modo semelhante; nas colônias muito próximas às colônias de potências estrangeiras, como a Carolina do Sul e a Jamaica, os residentes católicos também podiam funcionar como modelos comparativos negativos. Inevitavelmente, as negociações freqüentes e íntimas que ocorriam entre as populações dominantes de povoadores e esses grupos de referência negativa, esses *outros*, constituíam um elemento importante no processo de reformulação da identidade inglesa nas diferentes culturas provinciais.

A minha quarta importante descoberta foi de que essas identidades provinciais sobreviveram por muito tempo ao desmembramento do Império Britânico nos anos de 1780. A Revolução Norte-Americana certamente teve

um impacto sobre essas identidades, provendo um novo conjunto de heróis e quadros de referência para os novos estados continentais, enquanto gerava nas antigas colônias das Antilhas Ocidentais um sentimento de isolamento, de perda e mesmo de impotência. As identidades provinciais não só diferiam uma das outras através da América Britânica, mas também foram se transformando elas mesmas ao longo do tempo, em resposta às novas condições. Entretanto, o âmago de suas identidades, que começara a se formar em todas as quatro colônias na época das primeiras gerações de povoadores, permaneceu intacto e importante, pelo menos até 1820, quando interrompi minha pesquisa. Na Virgínia e Carolina do Sul, essas identidades sobreviveram à sua incorporação como estados da União Americana. Em Barbados e na Jamaica, resistiram ao novo sistema imperial que começou a emergir nos anos de 1790 e até mesmo ao ataque metropolitano à escravidão, assim como a sua eventual eliminação nos primórdios dos anos de 1830.

Sugiro que esses vislumbres inspirados no estudo dessas quatro colônias podem ilustrar as amplas diretrizes do processo pelo qual os povoadores coloniais e seus auxiliares transformaram porções da América em uma variedade reconhecidamente britânica – não espanhola, portuguesa, holandesa ou francesa –, ainda que Américas britânicas. De um modo geral, a fim de descrever elementos essenciais desse processo, podemos afirmar que a esmagadora população inglesa que criou e organizou as colônias inglesas, ou a partir de 1707, as colônias britânicas na América, levou consigo para seus novos lares reivindicações explícitas e profundamente arraigadas à cultura que deixaram para trás e à identidade nacional implícita nessa cultura. Em todos os lugares que foram colonizar, manifestaram sua poderosa vontade de expressar e preservar sua identidade inglesa por meio da reordenação das paisagens físicas e culturais existentes segundo diretrizes inglesas, impondo-lhes padrões ingleses de ocupação de terra, organização social e econômica, práticas culturais, assim como sistemas políticos, legais e religiosos, e tornando a língua inglesa a sua língua oficial. Isso ocorreu também naquelas regiões ocupadas por colonos, como os puritanos de Massachusetts, que aspiravam a aprimorar as instituições inglesas. Esse impulso anglicizante, longe de se deixar esmorecer pela importação contemporânea de um grande número de Africanos e por uma imigração em larga escala de pessoas de outras partes da Grã Bretanha, da Irlanda, França, Alemanha e outras regiões da Europa, parece de fato ter sido reforçado durante as décadas posteriores a 1740, quando recrudesceram as comunicações e os contatos comerciais entre as colônias e a Grã Bretanha; impulso também foi acirrado pela importante participação das colônias nas guerras imperiais, entre 1739 e 1763, contra a França e a Espanha, católicas e supostamente despóticas. Provavelmente em nenhuma época durante todo o período colonial, o patriotismo e o nacionalismo britânicos foram mais intensos do que ao fim da Guerra dos Sete Anos.

Não obstante, para os colonos ingleses e seus descendentes, diversas condições atuaram durante os longos anos do período colonial para tornar problemáticas suas reivindicações à identidade inglesa, exarcebando também a urgência de tais reivindicações em meio a imigrantes e seus descendentes. Dentre esses fatores ressalte-se a grande distância física entre os colonos e a Inglaterra; os contrastes culturais e sociais, especialmente durante as primeiras décadas da colônia, entre as simples e toscas sociedades que estavam construindo face à sociedade de origem, infini-

tamente mais complexa e mais polida; sua situação nas fronteiras mais longínquas da civilização inglesa, entre populações que se lhes pareciam pagãs, bárbaras e selvagens; a presença, senão a preponderância, entre eles de povos estranhos, como ameríndios e posteriormente, africanos; o modo como se apoiaram em novas instituições, como a grande lavoura e a escravidão de base racial; seus permanentes conflitos com a Mãe Pátria sobre o seu direito, enquanto colonos, às leis e aos privilégios ingleses; e, talvez, mais importante de tudo, a tendência geral entre as pessoas das ilhas britânicas de enxergá-los como "outros" que deixavam muito a desejar no que tange aos padrões metropolitanos.

Os colonos se apercebiam de modo amargo do caráter problemático de suas reivindicações à identidade britânica quando se defrontavam com as questões pendentes, entre as colônias e a Grã Bretanha no período de 1764 a 1776. No fundo, os colonos se opunham à cobrança de impostos e à interferência em seus assuntos internos, sem seu consentimento, uma vez que tais medidas eram contrárias aos direitos e às proteções legais tradicionalmente desfrutadas por britânicos livres ou "independentes" — assim pondo em questão sua identidade enquanto população britânica. Suas objeções ruidosas, que alcançavam muito além das colônias revoltosas e se faziam ouvir na Nova Escócia, nas Antilhas Ocidentais e nas ilhas do Atlântico, proclamavam como ainda era importante para eles manter aquela identidade. De fato, o que veio a ser conhecido como a Revolução Americana nasceu em parte da resistência colonial àquelas medidas, e deve ser compreendida como um movimento dos colonos britânicos para assegurar o reconhecimento de sua identidade britânica por parte da Mãe Pátria e provar para eles mesmos que eram merecedores de tal identidade. Antes do inverno de 1775-76, quando o desejo pela independência generalizou-se, a união entre as colônias era pouco mais do que um meio para tal fim. Separadamente, tinham pouca esperança de resistir à força naval e militar metropolitana.

A identidade compartilhada entre os colonos enquanto britânicos nascidos livres e protestantes, por mais importante que fosse, co-existia com uma série de identidades coloniais. Ao longo dos anos, cada colônia, enquanto entidade social e política separada e semi-autônoma, desenvolveu uma identidade corporativa específica. Com raízes em um espaço físico particular, expressava-se como uma forma de organização sócio-econômica específica, ampliada, modificada e refinada por décadas de experiência coletiva, e internalizada por diversas gerações de *crioulos* e imigrantes; essas identidades coloniais, e as lealdades e compromissos a elas associadas, já haviam se tornado profundamente arraigadas na época da Revolução americana.³

Se os colonos compartilhavam de uma identidade britânica comum, ela existia em toda parte em simbiose com outra identidade que tinha base regional e social, historicamente fundamentada, explicada e justificada, culturalmente transmitida de uma geração a outra, e prescritiva. *Britânico*, portanto, era uma categoria dotada de várias subcategorias. Ser da Virgínia era diferente de ser da Pensilvânia ou de Rhode Island. Se os colonos norte-americanos assumiram uma resistência política a fim de defender suas reivindicações a uma identidade britânica, eles também trouxeram para essa resistência as suas identidades provinciais bem desenvolvidas e profundamente arraigadas, com as quais se sentiam confortáveis, das quais se orgulhavam e pelas quais poderiam se tornar extraordinariamente comba-

3

Para uma elaboração sobre esse ponto, v. Jack P. Greene, "State and National Identities in the Era of the American Revolution", in Don. H. Doyle and Marco Pamplona, eds., *Nationalism in the New World* (Athens, Ga.: University of Georgia Press, 2006), 61-76, do qual esse e os próximos parágrafos foram adaptados.

tivos. Se ataques sobre seu direito a uma identidade nacional britânica levaram os colonos a resistir, a força de suas identidades provinciais ajuda a explicar porque eles não hesitaram, em 1776, em desistir de sua identidade britânica. Muito antes disso, na maioria dos casos, eles encontraram modos de absorver sua identidade britânica – com sua ênfase no Protestantismo, na liberdade, no domínio da lei, no governo consensual, na civilidade e no comércio – em suas identidades provinciais. Por essa razão, quando os colonos abandonaram o seu vínculo formal com a Grã Bretanha, em vez de abrir mão de sua identidade nacional britânica, reafirmaram seu vínculo, encarando-se como exemplo vivo de suas principais características. Seguros em suas diversas identidades provinciais, os líderes da resistência colonial podiam abandonar a associação com a Grã Bretanha e transformar colônias em governos civis republicanos, sem medo de perder a certeza, antiga e de grande importância psicológica, de serem protestantes nascidos livres e herdeiros das tradições britânicas do governo consensual e do domínio da lei. Por meio da afirmação de suas diferentes identidades provinciais e com a intenção de transferi-las para os novos estados que criaram a partir das antigas colônias, líderes revolucionários por toda parte, efetivamente, apostaram na reivindicação de seus estados como os genuínos repositórios de tudo o que era admirável a respeito da identidade nacional britânica e, desse modo, reiteraram a sua contínua identificação *cultural* com o mundo britânico mais amplo, ao qual estavam vinculados de longa data.

Ao fazer essas pontuações, tenho dois objetivos mais amplos. O primeiro é enfatizar a variedade, a força e a diferença entre as identidades dos estados que se juntaram para formar uma união nacional americana nas últimas décadas do século XVIII. O segundo é reforçar o importante fato de que para além da contigüidade, de uma comunidade de interesses econômicos, políticos e culturais, e de uma experiência compartilhada pelas primeiras gerações na fundação da sociedade e do estado, os elementos comuns dessas diferentes identidades constituíam uma das condições prévias fundamentais, sendo ao mesmo tempo um componente de adesão, para a criação daquela união. Isso equivale a dizer que as sociedades políticas que formaram a união americana foram todas construídas sobre fundações culturais, políticas, sociais e legais britânicas, reformuladas, ao longo do tempo e de diferentes maneiras, em resposta a novas condições e desenvolvimentos.

O que revelam os processos que tenho descrito acerca da natureza da união política americana, formada entre 1774 e 1787, e da extensão dessa união nas gerações seguintes?

A respeito do primeiro ponto, ao longo de toda era revolucionária – e, provavelmente, nos estados fundadores, ainda por várias décadas – as identidades provinciais que esses estados trouxeram para a União representavam a principal forma de consciência política coletiva. Embora os fortes e surpreendentemente difundidos sentimentos de identificação com a "causa comum" de 1774-76 tenham fornecido uma base para a articulação inicial das aspirações para a criação de uma identidade americana mais ampla, tal entusiasmo "nacional", sempre moderado por um reconhecimento da incrível diversidade entre as colônias, foi de curta duração. Já no final do ano de 1776 esse entusiasmo começou a se enfraquecer em face a diversos conflitos entre os estados, conflitos que tanto expressavam, como aguçavam as antigas identidades provinciais, por meio das quais as populações em todos os estados originais continuavam a definir a si

mesmas. A crescente consciência das diferenças provinciais fornecia a base para comparações desfavoráveis e invejas crescentes. Enquanto delegados mediam de cima a baixo os representantes de outras colônias, avaliando-os com desdém, também desenvolviam uma admiração acentuada por aquelas características de suas próprias sociedades provinciais que as tornavam superiores às de outras regiões, reforçando poderosamente as identidades provinciais que haviam levado consigo para a Filadélfia.

Ao mesmo tempo, a rapidez com que os governos estaduais tomaram o poder e estabeleceram sua autoridade efetivamente assegurou que ganhassem intensidade as diferenças provinciais, com todas as identidades específicas que lhes eram características. Com efeito, o heterogêneo estado federal americano, em sua forma inicial, criou uma arena para a reiteração e definição das identidades provinciais de cada estado. O grande apego aos direitos locais, costumes e identidades afetou drasticamente a natureza do governo nacional, determinando que a ligação que as pessoas mantinham com ele seria sempre secundária em relação à ligação anterior que possuíam com seus próprios estados. Dadas essas atitudes, é pouco surpreendente que os Artigos da Confederação, com os quais o Congresso eventualmente concordou, tenham relegado o equilíbrio da autoridade aos estados. A vontade esmagadora de manter as independência e identidades particulares dos estados determinou que o governo nacional além de ter poderes limitados, despertasse pouca afeição em meio aos Estados Unidos como um todo.

Os governos nacionais que presidiram durante os períodos da guerra e da Confederação eram muito fracos, por demais submissos aos estados e bastante distantes das vidas das pessoas para gerar um sentido de identidade coletiva forte o suficiente para desafiar as identidades dos diferentes estados. Formada nas sombras daquelas identidades mais antigas e infinitamente mais imediatas e coexistindo com elas, a identidade nacional americana permaneceu embrionária e superficial. As múltiplas expressões literárias e culturais do patriotismo americano, durante e depois da Revolução, são enganosas. Na heterogeneidade nacional do novo governo civil americano, as identidades estaduais predominaram por muito tempo.

A fim de compreender, nas suas dimensões mais amplas, a natureza da identidade coletiva no início da república, os historiadores precisam tomar uma posição em relação às suas raízes coloniais e variantes provinciais. As poderosas identidades estaduais herdadas da era colonial, e as arraigadas lealdades, costumes e preconceitos provinciais que lhe eram peculiares representaram um desafio formidável para aqueles que esperavam criar uma união nacional duradoura. A união precária e contingente improvisada perante a guerra em 1775-76 pouco contribuiu para fomentar uma identidade nacional rival, sendo que a constituição de 1787 forneceu uma estrutura em que identidades estaduais podiam facilmente co-existir com um emergente sentimento nacional americano e até reter muito de sua vitalidade.

Para chegar ao meu último ponto, o que os processos que tenho descrito sugerem sobre a crescente União Americana que emergiu em associação à nação americana estabelecida em 1787-88. Como podemos concluir a partir do trabalho dos pós-colonialistas, o processo colonial de maneira alguma se encerrou com a formação de entidades nacionais nas Américas.⁴ De fato, nos Estados Unidos e no Canadá, esse processo se intensificou com a colonização de vastas novas áreas no continente, enquanto enxames de povoadores colocavam novas regiões sob seu

4

Esses e os próximos temas foram elaborados com maior profundidade em Jack P. Greene, "Colonial History and National History," *William and Mary Quarterly*, no prelo.

controle e , nesse movimento, expulsavam ou confinavam a enclaves indesejáveis milhares de indígenas, fazendo uso intenso, onde quer que fosse legalmente possível e rentável, de mão-de-obra afro-descendente. Nessa perspectiva, parece que a história nacional representou apenas uma extensão da história colonial. Foi uma história de expansão na qual os povoadores, sobremaneira negligentes das vidas e direitos daqueles que não compartilhavam sua cultura e nem se pareciam com eles, precipitaram-se a açambarcar novas áreas prontamente colocadas sob seu controle. O que poderia ser mais acintosamente colonial?

Nem esse processo colonizador nem a lógica que o sustentou, mudou muito no momento da criação dos Estados Unidos. Ao invés, a expansão nacional representou uma continuação da expansão colonial, processo comandado por um Estado americano fraco, no lugar de um Estado britânico fraco. Como no período pré-independência, a maior parte da iniciativa permaneceu nas mãos dos próprios povoadores. Eles se espalharam por novos territórios, tomaram a iniciativa de expulsar as populações indígenas, introduziram a escravidão onde fosse legalmente e economicamente factível, demandaram agressivamente o estabelecimento de sistemas de lei e governo com os quais fossem familiarizados, e construíram governos, tão claramente distintos uns dos outros quanto haviam sido as colônias nos seus primórdios. Com certeza, o governo nacional americano, ele mesmo fruto de muitos governos parcialmente amalgamados, foi mais favorável ao processo colonizador do que o estado britânico jamais havia sido, e a colonização após 1790 cada vez mais adquiriu os tons de um destino nacional *Americano*. Em seu cerne, contudo, esse colorido pouco diferia do nacionalismo colonial britânico que os povoadores expressaram quando foram lutar para resgatar o continente dos despóticos e católicos franceses ou espanhóis.

Estou sugerindo que os novos estados do Kentucky, Ohio, Iowa, Texas, Oregon — e todos os outros — foram desdobramentos de um contínuo processo colonizador. Se começássemos a pensar nesses novos estados como colônias de povoadores, ao invés de produtos dos Estados Unidos, e pudéssemos reconsiderar a história do Estado como a história da formação de governos civis em locais onde, como nas antigas colônias, os povoadores fundaram novas sociedades com uma vida coletiva, girando em torno de padrões sociais comuns, de uma vida pública compartilhada, da criação e funcionamento de estruturas legais locais e com diferentes identidades de grupo, como tudo isso viria a reformular nossa compreensão da história nacional americana? Essa reformulação, sugiro, produziria uma história muito mais complexa - e interessante -, uma história que teria como foco não apenas as atividades coletivas dos americanos existentes em nível nacional, mas também os desdobramentos de uma variedade de governos civis grosso modo auto-governantes e seus relacionamentos com o fraco estado federal. Isso talvez produzisse uma genuína história *federal*, ao invés de uma história focalizada no *nacional*, como nos manuais de ensino, na qual estamos confinados ao presente, uma história que reconhecesse que a soma das partes é muito maior do que o todo, e que, a despeito de sua estrutura formal republicana (ou talvez justamente por sua causa), o estado americano, tal como outros estados modernos em sua fase inicial, era um frágil amálgama de partes heterogêneas, sendo que cada parte desse conjunto desfrutava de um vasto campo de autogoverno e em geral perseguia seu próprio destino, tal como definido pela população local. Nesse caso, a experiência nacional americana, tal como anteriormente a experi-

5

Esse tema foi muito explorado por Jack P. Greene. "The Cultural Dimensions of Political Transfers: An Aspect of the European Occupation of the Americas", ensaio inédito.

ência colonial, consistia principalmente em uma coleção de experiências locais desempenhadas por meio de uma variedade de políticas semelhantes, porém distintas entre si.

A chave para entender essa impressionante extensão da perspectiva colonial na era nacional, como se fora uma colonização da história nacional americana, está no governo e na lei. Que estruturas legais foram criadas, e por quem? Como as pessoas nessas novas sociedades teriam constituído a autoridade e como dela fizeram uso a fim de modelar as sociedades e culturas que queriam criar? Como agiram ao se depararem com sistemas legais (de estilo europeu) já em funcionamento em governos com longas vivências de ligação a diferentes culturas e sistemas legais?⁵ Quais eram a natureza e as variações que adquiriam essas identidades coletivas locais, formadas através do processo de convivência em uma mesma ordem civil e sob as mesmas e diferenciadas leis locais? Como essas identidades estaduais tão arraigadas e diferentes afetaram a identidade nacional americana? O que significava para as pessoas terem identidades coletivas paralelas, estaduais e nacionais? Essas são apenas algumas das muitas questões difíceis e, portanto, profundamente motivadoras que podem aparecer se começássemos a dar aos estados maior peso na construção de uma história nacional mais abrangente. Nesse empreendimento, os estudiosos da história colonial terão que tomar a dianteira. Nós somos os únicos que observamos mais de perto, ainda que não perto o suficiente, o começo dessa história.

Ao focalizar minha área de especialização, esse ensaio não foi explicitamente comparativo. Mas consistiu em um esforço para usar a experiência das colônias britânicas a fim de identificar alguns conceitos e processos gerais que podem ser úteis para analisar a história de outras colônias de povoamento estabelecidas nas Américas durante o início da era moderna. E com base nessa análise poderíamos aventar uma série de proposições a serem testadas.

Em primeiro lugar, a de que participantes individuais – negociantes, povoadores, soldados e missionários, por vezes organizados em expedições, em companhias de comércio, em ordens religiosas, ou famílias –, e não autoridades governamentais ou burocratas, foram agentes pioneiros da expansão europeia e da transformação de espaços culturais e políticos indígenas em locais europeizados.

Segundo, a primeira geração de ocupantes europeus – os grupos fundadores – determinou em grande parte os contornos da vida econômica, social, política, legal e religiosa em toda nova colônia ou província.

Terceiro, esses grupos fundadores e seus descendentes, tomados pelo desejo de manter seu vínculo com a cultura metropolitana da qual provinham e para ganhar o respeito dessa cultura, exibiam um poderoso impulso mimético que os levava a transplantar a cultura metropolitana para seus novos locais de moradia.

Quarto, nesse processo de transmigração, cultural os grupos coloniais acharam necessário reformular, isto é, *crioulizar*, a cultura metropolitana de maneira a adaptá-la às condições físicas locais e às emergentes estruturas sócio-econômicas e padrões de ocupação e de uso de terra, tornando-a capaz de acomodar e controlar populações de diferentes formações culturais.

Quinto, os processos conjuntos de transmigração e *crioulização* produziram notáveis variações culturais, ao longo do tempo e do espaço, em resposta às mudanças das condições históricas em meio às esferas de colonização europeia.

Sexto, tais variações — assim como suas semelhanças — podem ser mais bem compreendidas através do estudo das mudanças nas identidades corporativas.

Sétimo, o âmbito mais promissor para tais estudos é aquele da colônia ou província, no qual a experiência coletiva dos habitantes tomou forma primordialmente através da reorganização da paisagem, construção da ordem civil, ordenação institucional, formulação e aplicação de leis, e a estruturação das sociedades

Oitavo, essas unidades provinciais se tornaram os principais locais de negociação da distribuição de autoridade entre o centro e as periferias dos impérios nacionais.

Nono, os duradouros redutos culturais formados nessas unidades provinciais tornaram-se normalmente poderosos motores para a expansão geográfica rumo a novas províncias, que, por sua vez, resultaram na criação de novas entidades civis com suas próprias identidades corporativas, construídas por meio dos mesmos processos ocorridos nas províncias mais antigas.

Décimo, o tipo de colonialismo representado pela transformação de regiões do Novo Mundo em unidades europeizadas, mesmo que parcialmente, não terminou com a conquista da independência.

Décimo primeiro, havia fortes continuidades entre o colonialismo pré-nacional e pós-nacional em termos da construção de entidades políticas e à formação identitária que lhes era peculiar.

Décimo segundo, após a independência, assim como antes, a vida pública continuou centrada nas províncias e não na nação.

Décimo terceiro, muito depois da ruptura dos vínculos imperiais e da formação de governos nacionais, freqüentemente federativos, as identidades provinciais existentes continuaram sendo a forma primordial de identidade corporativa.

Décimo quarto, a construção de histórias nacionais tem agido no sentido de obscurecer tanto a importância duradoura da província como coletividade política, quanto a fraqueza da identidade nacional.

Décimo quinto, a ênfase em *estilos* nacionais de formação colonial tem obscurecido o estudo das comunidades através do tempo, espaço e cultura.

Se essas hipóteses, tiradas principalmente do meu próprio estudo sobre a América Britânica colonial, podem ser úteis para organização da investigação histórica em outras áreas culturais, isso fica a cargo de especialistas de tais áreas.

TRADUÇÃO: Liana Driga

Revisão: Monica Duarte Dantas